



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

PLANO DE CURSO

DEPARTAMENTO: Direito

DISCIPLINA: Direito Ambiental

CÓDIGO: DIR07610

PRÉ-REQUISITO:

CARGA HORÁRIA: 45 HS

EMENTA

A Ciência Jurídica. Interpretação do Direito Ambiental; Política Constitucional Ambiental; Princípios Fundamentais do Direito Ambiental; Política Nacional do Meio Ambiente; Licenciamento Ambiental: EIA/RIMA, Responsabilidade Profissional e Direito Internacional Ambiental. Legislação Ambiental Brasileira.

Busca-se também com o estudo das questões ambientais identificar as bases vitais do processo de desenvolvimento sustentável com justiça social.

1. OBJETIVOS

Qualificar especialistas em engenharia ambiental para lidar com a formulação e aplicação das normas jurídicas de tutela ambiental.

Fazer um exame do Sistema de Tutela do Ambiente, considerando um enfoque crítico.

Preparar o aluno para interpretar a legislação no que se refere a sua área de atuação profissional. Dar uma visão da interface jurídico com a atividade econômica.

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções preliminares. As modificações do ambiente que justificaram o surgimento do Direito Ambiental. A crise mundial e sua razão.

2. Surgimento do Direito Ambiental no Brasil: Origem histórica. Fases da tutela ambiental. Evolução, Autonomia e Conceito de Direito Ambiental. Princípios fundamentais do Direito Ambiental.

3. Estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81): Objetivos, Princípios e Instrumentos.

4. O Sistema Nacional de Meio Ambiente: Estrutura, Competências e Características. O Fundo Nacional do Meio Ambiente.

5. Tutela Constitucional do Meio Ambiente no Brasil. Aspectos gerais da Constituição. Bens ambientais na Constituição. Competência Ambiental.

6. Patrimônio Ambiental Brasileiro. A proteção da Biodiversidade e sua importância.

7. A legislação infraconstitucional. A lei de crimes ambientais.

8. Licenciamento Ambiental. EIA/RIMA

3. METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas, análise de casos e debates. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão sugeridos textos jurídicos. O acompanhamento de notícias pela imprensa será orientado.

5. AVALIAÇÃO

FORMATIVA: auto-avaliação, participação, assiduidade e pontualidade.

SOMATIVA: Duas provas escritas. Uma no meio do curso e uma no final do curso. A média final é feita pela soma das 2 provas escritas e dividido por 2.

6. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 20ª. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro:, Editora Atlas, 2019.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 18ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 26ª. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2018.

MELO, Fabiano. Direito Ambiental. 2ª. ed. atual. e ampl. São Paulo: Forense (Grupo GEN), 2017.

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente. 11ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

OLIVEIRA, Antonio Inagê de Assis. O licenciamento ambiental. São Paulo: Iglu, 1999

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito ambiental esquematizado. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang e Tiago Fensterseifer. Princípios do Direito Ambiental. 2ª Ed. Saraiva, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang e Tiago Fensterseifer. Direito Constitucional Ambiental. 5ª Ed. RT, 2017.

SILVA, José Afonso da. Direito ambiental constitucional. 11ª. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2019.